

JUSTIFICATIVA

O relatório da Comissão de Sindicância que “investigou” as atividades realizadas pelo Sr. Waldomiro Diniz quando em exercício na Presidência da República constatou o seguinte:

“Feitas estas considerações, de antemão, já se verifica que não fora observado o disposto nos incisos V e VI do art. 4º do Decreto nº 4.081, de 2002, que impõe o dever ético do agente público de divulgar e manter arquivada a agenda de reuniões com pessoas físicas e jurídicas com as quais relacione funcionalmente e de conservar registro sumário das matérias tratadas nas reuniões.”

O Decreto nº. 4.334, de 12 de agosto de 2002, dispõe sobre as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício na Administração Pública Federal direta, nas autarquias e fundações públicas federais. Estende, portanto, aos demais órgãos da administração direta e indireta os deveres éticos a que se refere o Decreto nº 4.081/2002, voltado apenas aos agentes em exercício na Presidência da República. O próprio relatório da Sindicância assim compreende, pois “recomenda” que “*doravante, sejam rigorosamente observadas, no âmbito da Subchefia de Assuntos Parlamentares, as disposições do Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002, que disciplina as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício na Administração Pública Federal*”.

Note-se que para fins do aludido Decreto, considera-se: a) agente público todo aquele, civil ou militar, que por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico detenha atribuição de se manifestar ou decidir sobre ato ou fato sujeito à sua área de atuação; e b) particular todo aquele que, mesmo ocupante de cargo ou função pública, solicite audiência para tratar de interesse privado seu ou de terceiros.

A violação dos deveres éticos constantes do Decreto nº 4.334/002, além de falta grave, punível, ainda segundo a Comissão de Sindicância, com a destituição do cargo (art. 135 da Lei nº 8.112/90), pode também configurar delitos penais como o de prevaricação. A observância, portanto, de tais determinações constitui questão de interesse público que está a merecer a devida fiscalização pelo Congresso Nacional.

